



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

48ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública da Comarca de Natal

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 550, Petrópolis – CEP 59020-500 – fone/fax: (84) 3232-7180

Excelentíssimo Senhor Cipriano Maia de Vasconcelos – Secretário Municipal de Saúde de Natal, Senhora Renata Moreira Campos – Coordenadora-Geral do SAMU Natal e Senhor Rui Antônio Barbosa - representante local da empresa TRD Serviços e Administração Ltda.

Inquérito Civil nº 06.2013.00004102-0 - 48ª PmJ

Objeto: Acompanhamento da atuação do SAMU Natal

RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL n.º 003/2013/48PmJ

O **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte**, por meio do Promotor de Justiça em exercício na 48ª Promotoria de Justiça de Natal, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 129, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93, art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/93 e arts. 61, 69, II e III, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 141/96 e,

Considerando ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público a promoção do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública, para a proteção do direito à uma assistência digna de saúde, do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para

sua promoção, proteção e recuperação (art.196, CF/88);

Considerando que o funcionamento adequado dos serviços de Urgência e Emergência constitui-se em um imprescindível componente da assistência à saúde;

Considerando que a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu art. 15, inciso XXI, dispôs que é atribuição comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar, coordenar e executar programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial;

Considerando que a Portaria GM/MS n. 824/1999 estabeleceu as normas para o atendimento pré-hospitalar na área de urgência e emergência, que é definido como aquele atendimento que procura chegar à vítima nos primeiros minutos após ocorrido o agravo à sua saúde que possa levar à deficiência física ou mesmo à morte, sendo necessário, portanto, prestar-lhe atendimento adequado e transporte a um hospital devidamente hierarquizado e integrado ao Sistema Único de Saúde;

Considerando que a Portaria GM/MS n. 814/2001 estabeleceu conceitos, princípios e diretrizes da regulação médica das urgências e normatizou o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência;

Considerando que a Portaria GM/MS n. 2048/2002 aperfeiçoou as normas já existentes, com o objetivo de consolidar os sistemas estaduais de urgência e emergência, aprovando o regulamento técnico dos sistemas estaduais de urgência e emergência;

Considerando que o Decreto n. 5.055, de 27 de abril de 2004 instituiu o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, em Municípios e regiões do território nacional, visando à implementação de ações com maior grau de eficácia e efetividade na prestação de serviço de atendimento à saúde de caráter emergencial e urgente;

Considerando que a Portaria GM/MS n. 2.657, de 16 de dezembro de 2004 estabeleceu as atribuições gerais e específicas das centrais de regulação médica de urgências e o dimensionamento técnico para a estruturação e operacionalização das Centrais SAMU-192, de modo que há disposições quanto à estruturação física da sala de regulação médica e das demais dependências do SAMU – 192.

Considerando que a Portaria GM/MS n. 1.600, de 7 de julho de 2011 reformulou a Política Nacional de Atenção às Urgências e instituiu a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando que a Portaria GM/MS n. 1.010, de 21 de maio de 2012 redefiniu as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componentes da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando que a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 dispõe, em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

Considerando que, em 06 de novembro de 2013 foi realizada visita de inspeção no imóvel que sedia o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Natal – SAMU Natal;

Considerando que foi constatado durante a visita que a frota do SAMU Natal é composta por 07 (sete) motolâncias e 20 (vinte) ambulâncias, sendo que destas existem 04 (quatro) viaturas de suporte básico fora de operação, por suspeita de vazamento de gás;

Considerando as informações fornecidas pela Coordenadora do SAMU Natal, no sentido de que 02 (duas) ambulâncias teriam sido devolvidas pela coordenação anterior, sem, no entanto, haver qualquer documentação que ateste a devolução;

Considerando que o Contrato nº 036/2011, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Natal e a empresa TRD Serviços de Administração Ltda., tem como objeto a regular prestação de serviços de operacionalização e manutenção de frota veicular e apoio administrativo ao SAMU, incluindo a disponibilização, à unidade gestora do SAMU, da infraestrutura necessária, além de 01 (um) veículo administrativo, recursos humanos, medicamentos, materiais administrativos, equipamentos e outros insumos, conforme disposto em sua cláusula primeira;

Considerando que a cláusula oitava deste contrato, no ponto 8.2.15, dispõe que “a Contratada deverá disponibilizar oficina mecânica, para a adequada manutenção da frota **com reposição de peças originais**, com mecânicos e serviço de lanternagem, funilaria e borracharia, além de manter estoque mínimo regulador de peças para imediata reposição e/ou substituição quando esta se fizer necessária”;

Considerando que, ainda na cláusula oitava, ponto 8.2.21, a Contratada deverá “manter todas as ambulâncias e motolâncias utilizadas pela contratante, no Serviço de Atendimento Móvel às Urgências, com todos os itens em perfeitas condições de uso e operacionalidade, climatizadas (sendo vedada a utilização das viaturas fechadas sem climatização), promovendo a imediata substituição por uma das viaturas de backup (reserva) em caso de quebra ou avaria, observando o prazo a ser definido e acordado com a coordenação do serviço”;

Considerando que existem denúncias de utilização de peças de má qualidade, inclusive provenientes de sucatas e de veículos trafegando sem as condições adequadas de uso;

Considerando que o único funcionário que atualmente atesta a necessidade de realização de manutenção dos veículos integra os quadros da empresa TRD Serviços de Administração Ltda., não havendo qualquer servidor da SMS que acompanhe e fiscalize as manutenções feitas ou mesmo que avalie a necessidade destas;

Considerando que todos os condutores das ambulâncias (pessoas com maior capacidade de vislumbrar problemas na manutenção destas) são funcionários da mesma empresa que realiza a manutenção dos veículos;

Considerando que as manutenções dos veículos são realizadas em oficina própria da empresa, onde, segundo foi informado, não é permitido o acesso dos servidores do SAMU;

Considerando a presença, em algumas oportunidades, de membros da antiga coordenação do SAMU, bem como de representantes da empresa TRD em reuniões, e terceiros estranhos à prestação do serviço;

Considerando que o serviço prestado pelo SAMU é extremamente sensível e, por muitas vezes perigoso, sendo desaconselhável a entrada ou permanência de pessoas alheias ao mesmo;

Considerando a existência de episódio da cessão de espaço no SAMU para realização de reuniões estranhas à finalidade do serviço, como de movimentos grevistas, dentre outras;

Considerando o índice preocupante de dependência do SAMU em relação à empresa responsável pela manutenção do SAMU, uma vez que esta conta com 126 (cento e vinte e seis) contratados no serviço, além de outros 19 (dezenove) profissionais relacionados com o vínculo contratual.

RECOMENDA:

I – ao Secretário Municipal de Saúde de Natal e à Coordenadora do Serviço de Atendimento Móvel em Urgência – SAMU Natal:

a) que seja procedida a efetiva fiscalização do Contrato nº 036/2011, com a indicação de servidor da SMS específico para tanto;

b) que seja vedado o acesso às dependências do SAMU a pessoas estranhas à execução do serviço, inclusive de antigos servidores ou funcionários, ressalvado o acesso dos órgãos de fiscalização e controle e, em casos justificados, de pessoas autorizadas pela direção;

c) que seja vedada a cessão das dependências do SAMU para atividades estranhas ao exercício do serviço, salvo por autorização justificada da coordenação ou da Secretaria Municipal de Saúde de Natal;

d) que seja designado servidor da SMS para exercer a função de fiscal de manutenção (diverso do fiscal do contrato), para proceder a análise da necessidade de realização de manutenções nas viaturas do SAMU, atestando a execução do serviço;

e) que mantenha um controle efetivo da frequência de ingresso das viaturas na oficina, registrando, inclusive, o tipo de defeito apresentado, para que se possibilite a aferição da qualidade do serviço prestado;

f) que restrinja o acesso de pessoas estranhas à execução do serviço, ainda que funcionários da empresa TRD Serviços de Administração Ltda., em reuniões internas de trabalho, salvo com autorização da direção do SAMU; e

g) que diminua a dependência em relação à empresa de prestação de serviços, manutenção da estrutura física e da frota do SAMU, quando da próxima contratação, de modo que, pelo menos os condutores das viaturas sejam pertencentes a empresa distinta daquela que realiza a manutenção dos veículos.

II – ao representante legal da empresa TRD Serviços de Administração Ltda.:

a) que possibilite o acesso às dependências de sua oficina aos fiscais do contrato e de manutenções do SAMU, à direção do SAMU e à SMS, fornecendo todos os dados e documentos necessários para a realização da fiscalização;

b) que a substituição de peças aconteça nos moldes daquilo que foi contratado, ou seja, com peças novas e originais, com a apresentação das notas fiscais quando solicitado pelos fiscais ou pela direção do SAMU; e

c) que os funcionários da empresa que prestam serviço no SAMU mantenham relação de subordinação com a direção do serviço, naquilo que estiver alinhado ao contrato firmado e à legislação de regência.

Adverte-se que a não observância desta recomendação implicará na adoção das medidas judiciais cabíveis, devendo ser encaminhada à 48ª Promotoria de Justiça informações pormenorizadas sobre a adoção das medidas administrativas para o pleno atendimento da presente recomendação, ao final de 30 (trinta) dias.

Natal, 18 de dezembro de 2013

Marcelo Coutinho Meireles
Promotor de Justiça Substituto